

Ferreiros, “escravos operários” e metalúrgicos: trabalhadores negros e a metalurgia na cidade do Rio de Janeiro e na microrregião Sul Fluminense (século XIX e XX)

Blacksmiths, “factory workers slaves” and metallurgists: black workers and metallurgy in the city of Rio de Janeiro and in the micro region of the South Fluminense (19th and 20th century)

Thompson Climaco Alves*; Antônio Bispo Neto**

Resumo

O presente artigo pretende analisar a experiência dos trabalhadores negros com a metalurgia nos séculos XIX e XX, tendo por base a cidade do Rio de Janeiro e o Vale do Paraíba Fluminense. Uma vez que a cidade do Rio de Janeiro, enquanto capital federal, no século XIX e meados do século XX concentrou um grande número de ferreiros e siderúrgicas, a microrregião Sul Fluminense a partir da década de 1930 recebe grandes siderúrgicas, incluindo a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941. Sendo assim, será perscrutado, numa longa duração, a migração destes trabalhadores e seus familiares, relação dos trabalhadores negros para com a metalurgia e possíveis permanências nas condições de trabalho desde o século XIX, dentro e fora das fábricas.

Palavras-chave: Trabalhadores negros; metalurgia; Rio de Janeiro.

Abstract

This article aims to analyze the experience of black workers with metallurgy in the 19th and 20th centuries, based in the city of Rio de Janeiro and the Paraíba Fluminense valley. Since the city of Rio de Janeiro, as a federal capital, in the 19th and mid-20th centuries, concentrated a large number of blacksmiths and steelmakers, the southern microregion of Fluminense since the 1930s has received large steelmakers, including Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) in 1941. Therefore, the migration of these workers and their families, remuneration, the relationship of black workers with metallurgy and the possible permanence in working conditions since the 19th century, inside and outside the factories, will be examined over a long period.

Keywords: Black workers; metallurgy; Rio de Janeiro.

*Universidade Federal do Rio de Janeiro.

** Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Introdução

A metalurgia no Brasil constitui um papel econômico fundamental desde o período colonial e possui uma relação direta com escravizados que detinham o ofício, podendo ser encontrado, na longa duração, tanto nas atividades produtivas do engenho, como na caldeiraria e na produção de instrumentos agrícolas; na mineração, com as técnicas de extração, fundição de metais preciosos e em geral; nas cidades que surgiram em Minas e demais localidades, como nas cidades atlânticas oitocentistas, do Rio de Janeiro, Recife, Salvador, atendendo a demanda dos caminhos e portos.

No oitocentos, com as mudanças advindas da Revolução Industrial, e da Grã-Bretanha, sobretudo, o ferro e o aço passam a tomar dianteira no seu uso, cada vez mais diversos. Algumas iniciativas, ainda no XIX, buscavam lançar mão das reservas minerais, com a introdução de algumas experiências de industriais, como Ponta d'Areia e a Fábrica de Monlevade. Em todas essas experiências, a mão de obra escravizada foi utilizada, juntamente com livres e libertos, divididos por função de maneira hierárquica dentro das fábricas. Já no século XX, o primeiro grande símbolo da industrialização e desenvolvimento no país foi a Companhia Siderúrgica nacional – CSN (Bedê, 2010).

Antes da constituição da CSN no distrito de Volta Redonda (RJ), pertencente a Barra Mansa até 1954, já haviam outras duas siderúrgicas na cidade (Bedê, 2010, p.20). O aumento de indústrias a partir da década de 1920, não só metalúrgicas, no Vale Fluminense, atraindo novamente trabalhadores negros para a microrregião que haviam migrado para a Capital e Baixada Fluminense nas primeiras três décadas pós-abolição (Costa, 2015). A construção da Siderúrgica Nacional acelera este processo. Segundo Dinius (2004), a mão de obra da CSN até 1946 era majoritariamente negra e, de acordo com o Jornal Voz operária do mesmo período, as condições de trabalho no Vale do Paraíba Fluminense eram muito precárias. Edgard Bedê afirma que o salário nas fábricas do Sul do Estado do Rio de Janeiro era 40% menor que da cidade do Rio de Janeiro (Bedê, 2010, p.25). Ainda assim, com péssimas condições de trabalho e salário, são os trabalhadores negros (majoritariamente) que constituem a base da mão de obra fabril na maior siderúrgica do país e marco da industrialização nos anos 1940, em condições não tão distantes da classe trabalhadora negra fabril do século XIX.

Além disso, o esforço deste artigo em aproximar o mundo do trabalho oitocentista com as experiências do trabalho no século XX fazem parte de um amplo debate já realizado por grandes historiadores (as) como Sílvia Lara (1998), Marcelo Badaró Mattos (2007), Antônio Luigi Negro (1996; 2006), Flávio Gomes (2006) e Álvaro Nascimento (2016), entre outros (as). Consoante com Mattos (2007), não há como pensar na formação da classe trabalhadora sem considerar as lutas ocorridas anteriormente:

[...] Ou seja, numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada consciente de si sem levar em conta as lutas de classe – e os valores e referências – que se

desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas. (Mattos, 2007, p.3)

Ao mesmo tempo, Luigi Negro (1996, p.57) menciona a impossibilidade de restringir os estudos acerca da classe operária no Brasil ao período do Pós – Abolição e à vigência da Primeira República, muito menos limitar estas pesquisas aos grandes centros urbanos e aos imigrantes. Assim como Marcelo Badaró, ele afirma haver influência das experiências do mundo do trabalho do século XIX na formação da linguagem da classe trabalhadora no século XX. Pois, segundo ele, as peculiaridades dos trabalhadores oitocentistas são essenciais, mesmo que muitos desses não se afirmassem como parte de uma classe operária (Negro, 1996, p.58).

Na mesma linha, Negro & Gomes (2006) ressaltam que o distanciamento entre os trabalhadores escravizados do século XIX e o mundo do trabalho no século XX também ocorre por conta das perspectivas e métodos adotados nas produções historiográficas sobre a escravidão, bem como na história do trabalho. Segundo eles, estudos sobre a escravidão priorizaram os conceitos de luta de classes e experiência, em sua maioria, a partir das reflexões de E.P. Thompson (1989) acerca da luta de classes sem classes, sendo constituída quase como uma afirmação por historiadores da área (Negro & Gomes, 2006. p. 221). Por outro lado, a historiografia do trabalho focalizou nos estudos a respeito da classe operária, sindicatos e partidos que acabaram silenciando a diversidade da classe trabalhadora e distanciando-a dos trabalhadores escravizados do século XIX (Negro & Gomes, 2006. p. 222).

Silvia Lara e Álvaro Nascimento também apresentam críticas contundentes em relação ao distanciamento do trabalho escravo e trabalho livre na produção historiográfica. Lara (1998), já apontava na década de 1990 que a distância entre escravizados e trabalhadores da primeira república era um problema historiográfico. Mais recentemente, Nascimento (2016) reforça esta crítica ao analisar pesquisas consolidadas no campo da história do trabalho e constatar a ausência da cor na classe trabalhadora brasileira e a falta de reconhecimento da mão de obra escravizada como trabalhadora. Conforme Negro & Gomes (2006), esta transição do trabalho escravo para o trabalho livre faz parte de uma construção ideológica das elites brasileiras no processo de construção da nação¹. Neste construto ideológico, afirmam eles, escravos africanos e crioulos seriam substituídos por imigrantes europeus, a indolência seria substituída pela tecnologia e aptidão, forjava-se assim a ideologia do trabalho livre sob a égide da civilização e do progresso (Negro & Gomes, 2006. p. 227).

Dez anos após a produção de Negro & Gomes (2006) que apontavam à época novas pesquisas acerca das relações entre classe, escravidão, etnicidade e trabalho, Nascimento

¹ O ideal civilizatório eugenista das elites brasileiras entre o final do século XIX e início do XX, consistia na ideologia do “branqueamento” onde imigração de europeus reforçaria a predominância da raça branca e sucumbiria com os pretos que desde a abolição tenderiam a desaparecer do território brasileiro (Skidmore, 1976).

(2016) enfatiza a necessidade de problematizar a cor da classe trabalhadora, ainda muito ausente, em novas pesquisas no campo da história social do trabalho. Segundo ele, para modificar este cenário, seria necessária uma alteração curricular e metodológica nos currículos dos cursos de História, inserindo bibliografias que abordam escravidão e racismo, de um lado, e cotidiano e luta dos trabalhadores de outro (Nascimento, 2016. p.620). O historiador também propõe trocas de informações em relação às fontes dessas duas áreas que ajudem a alcançar a origem dos sujeitos, parentescos, sociabilidade, entre outras coisas.

A proposta deste artigo coaduna com as reflexões de Nascimento (2016) dado que articula fontes e bibliografias relativas a escravizados ferreiros e escravos operários do século XIX com fontes e produções a respeito de metalúrgicos do século XX, com o intuito de destacar possíveis permanências na divisão de trabalho interna das fábricas, remuneração, trabalho infantil e autonomia dos proletários negros, bem como suas experiências migratórias em busca de trabalhos nas fábricas e sociabilidade fora delas.

Assim, na primeira parte, buscaremos investigar o universo metalurgia e os metalúrgicos do século XIX, praticada, até pelo menos a metade do século XIX, por escravizados e libertos, africanos e crioulos. A partir da análise acerca da experiência dos negros nas fábricas e oficinas metalúrgicas, buscaremos dar sentido histórico a algumas constantes no século XX, como a migração dos trabalhadores rurais para o meio urbano, ou para o interior, aproximando-as da experiência dos cativos fugitivos. O que estava em jogo nas fugas e migrações, no nosso caso, entre a microrregião Sul Fluminense e a cidade do Rio de Janeiro e suas adjacências.

Examinando alguns casos de fuga entre as regiões da antiga corte e o Sul Fluminense, buscaremos analisar o cotidiano e as experiências de ferreiros, caldeireiros, funileiros, torneiros, que passaram pela cidade ou seus arredores em direção ao Vale do Paraíba Fluminense ou que de lá vieram. A bibliografia recente sobre as experiências fabris metalúrgicas do século XIX revelam pontos importantes do interior das fábricas e da divisão de tarefas entre cativos e livres.

Já na segunda parte, iremos discutir como essas experiências retornam no século XX, num contexto de trabalho livre assalariado e aumento da demanda de trabalho no Rio de Janeiro, com ênfase nos trabalhadores negros recém libertos e no setor metalúrgico. Além disso, destacaremos o grande fluxo migratório dos trabalhadores negros recém libertos do Vale do Paraíba para a cidade do Rio de Janeiro e suas adjacências em busca de trabalho.

Em última análise, iremos focalizar no crescimento do setor metalúrgico no sul do estado do Rio de Janeiro na década de 1930, bem como a influência da CLT neste processo. Além disso, será destacado a migração de famílias negras para a região e suas experiências. Bem como as proximidades e modificações entre a classe trabalhadora negra metalúrgica do século XX e a do século anterior, com ênfase no município de Barra Marra que continha duas grandes siderúrgicas na década de 1930 e seu 8º distrito (Volta Redonda) tornou-se sede da Companhia Siderúrgica Nacional inaugurada em 1941.

Experiências metalúrgicas no oitocentos: trabalho escravo nas indústrias

A partir de quais marcos podemos pensar, numa longa duração, a cidade de Volta Redonda? Em que medida as experiências do século XIX nos ajudam a analisar a cidade do aço, numa perspectiva histórica? Quando e por quais meios a população antes escravizada e depois livre passou a ocupar a microrregião sul fluminense? E o que os metalúrgicos têm a ver com essa longa história? Para indicar respostas a essas perguntas, partiremos de uma perspectiva da economia mundial e suas transformações ao longo dos séculos XVIII e XIX. Diferentes tempos históricos (MARQUESE & SILVA JÚNIOR, 2018) se condensaram no espaço compreendido entre a cidade do Rio de Janeiro e o Vale Fluminense, ao longo do oitocentos. Por isso, em primeiro lugar, torna-se problemática uma perspectiva linear para as experiências negras nesses espaços. A partir de quais espaços de experiência a população já livre em 1920 traçou expectativas de vida, autonomia e escolhas?

Assim, a partir do século XVIII, com o declínio crescente do mercantilismo e das suas políticas, sobretudo após a independência dos Estados Unidos e a Revolução em São Domingos, os caminhos para o livre-comércio e para, ao mesmo tempo, uma nova divisão internacional do trabalho, foram abertos. Também a partir do setecentos, o Rio de Janeiro torna-se o principal porto de entrada de africanos escravizados, num processo interligado à exploração das Minas desde fins do seiscentos. A partir de então, o Rio de Janeiro passa a crescer - juntamente com as áreas do interior, como entre Minas e Rio e a abertura do Caminho Novo e os caminhos do café -, e ser um ponto de grande circulação, fator central para a delimitação temporal e espacial do nosso estudo.

A crescente entrada de africanos na primeira metade do oitocentos alterou a própria escravidão e seus significados. Escravidão e capitalismo industrial complementavam-se, num sistema mundial: o café produzido no Vale e em Cuba era consumido pela Inglaterra e pelos Estados Unidos; este, exportava algodão, a partir de sul, para a Inglaterra, dando bases materiais para o avanço das indústrias britânicas, que exportavam seus produtos manufaturados para essas áreas de produção basicamente agropastoris. Desta forma, no nascimento do capitalismo industrial, a escravidão foi ponto inexorável. Debates (Williams, 2012; Wallerstein; 2001; Tomich, 2016) em torno da convivência e dependência do desenvolvimento capitalista mundial, sobretudo europeu, em relação ao desenvolvimento de produtos tropicais e matérias-primas nas Américas, África e Ásia nos ajudam a compreender tal processo histórico de industrialização de um ponto de vista menos eurocêntrico. Ao mesmo tempo, como esse processo nos ajuda a compreender a formação histórica desse território, intimamente ligada a formação do capitalismo industrial?

Nesse contexto, entre os séculos XVIII e XIX, mudanças no cenário internacional afetaram a metalurgia praticada na ex-colônia e Estado nacional que se formava devido à crescente demanda por metais advinda das transformações causadas pela revolução industrial

(Hobsbawm, 2000, p. 66)². Tornavam-se cada mais demandados os artigos de metal para a construção naval, tropas e ferrovias, bondes, estruturas de moradias e estabelecimentos em geral, instrumentos, máquinas, dentre outras produções que demandavam ferro, cobre, aço – como uma novidade –, explicado pelo início da produção de ferro e outros metais, em nível industrial, como no uso do vapor para redução do ferro, além do carvão de pedra, possibilitando aumento da produtividade e proximidade aos mercados, geralmente nas cidades.

Novas necessidades transformaram a organização mundial da produção. Regiões do Brasil, Cuba e Sul dos Estados Unidos tornaram-se, aos poucos, produtores de certas matérias-primas, em escala, com a crescente utilização da mão de obra cativa nas plantações, reacendendo o tráfico internacional e passando por cima das leis anti tráfico. A produção de café, cana-de-açúcar e algodão reorganizavam-se em certas regiões, saindo de outras, como São Domingos. Novas áreas de plantação são criadas, como no caso brasileiro, o Vale do Paraíba fluminense, mineiro e paulista.

Ao mesmo tempo, regiões do Brasil, paradoxalmente, importavam o metal europeu em lingotes, utilizado nas cidades, portos etc. Mesmo que se produzisse minério no Brasil, os custos de transporte das regiões mineiras tornavam-se mais caro que a importação. Ainda assim, podemos destacar a existência de algumas experiências industriais, em áreas urbanas e rurais, utilizando mão de obra cativa e livre, ao longo do século XIX, parte de um crescimento industrial pelo qual passaram algumas regiões do Brasil em meados do oitocentos, relacionadas a medidas fiscais de efeitos protecionistas, que repercutiram no artesanato urbano e em algumas atividades industriais.³

Por isso, buscamos aqui destacar a longa duração de algumas experiências fabris de negras e negros, no decurso dos séculos XIX e XX. Afirmamos, portanto, que tais experiências e expectativas, também territórios e redes, de classe e raça, passaram a configurar-se no século XIX por dentro da experiência da escravidão. Uma longa lista de autores pensaram a relação complexa entre trabalho escravo e indústria e industrialização, gerando diversas visões que passavam pela sua incompatibilidade em relação ao mundo industrial (Cardoso, 1977, p. 248; Fields, 1985, p. 56) e, por outro lado, que o trabalho escravo serviu por muito tempo como uma alternativa ao trabalho assalariado e livre, gerando taxas de retorno, lucratividade e produtividade iguais e até superiores ao trabalho assalariado (STAROBIN, 1970, p. 149; DANIELI NETO, 2006, pp. 119-149), . Entretanto é importante frisar que essas características são históricas. A intensificação do trabalho e o aumento da produtividade por trabalhador, marcas dessa “segunda

² Segundo Eric Hobsbawm, três mudanças aumentaram a capacidade produtiva da metalurgia, que também estimularam para outras atividades produtivas, isto é, o uso do coque para a fundição, ao invés de carvão vegetal; a pudlagem e a laminação; além do *hotblast*, ou jato de ar quente.

³ Autores como Warren Dean e Richard Graham defendem que a cafeicultura fora a matriz do desenvolvimento industrial desse período no Brasil, feito, em grande medida, pelo capital estrangeiro, sobretudo após 1850. (DEAN, 1971 GRAHAM, 1973, pp. 59-117)

escravidão”⁴, não podem ser generalizadas para toda a experiência escravista nas Américas, a partir do século XVI. Na verdade, essa produtividade tem a ver com a própria reformulação do trabalho escravo e da nova interlocução histórica entre terra, trabalho e capital, como frisou Tomich, que foi uma das marcas dessa segunda escravidão. (TOMICH, 2016, p. 101)

Para o sul dos Estados Unidos, por exemplo, Claudia Goldin, através de métodos *econômicos* acerca da decadência da escravidão entre 1820-1860 na região, nos traz números expressivos sobre a quantidade de cativos empregados em fábricas de tabaco e fundições em cidades como Richmond (Goldin, 1976, pp. 45-6). Robert Starobin relacionou a presença de escravos nesses estabelecimentos à possibilidade de empregar-se crianças, idosos e mulheres em numa intensidade maior, para aumento de produtividade, que não poderiam se fossem assalariados. (Starobin, 1970 apud Danieli Neto, 2006, pp. 22-23). Essa intensificação do trabalho verificada também no sudeste cafeeiro do Brasil, dialoga com a nova forma de gerir os escravizados a partir do século XIX (Marquese, 2004). Falaremos com mais vagar acerca dessa intensificação do trabalho e dos seus efeitos entre os escravizados, mais especificamente os metalúrgicos. Agora cabe tratar das experiências industriais e metalúrgicas ocorridas no oitocentos. Quais permanências e rupturas poderemos assinalar entre a experiência oitocentista e a do século XX?

No Brasil, as transformações industriais e metalúrgicas se deram sobretudo por iniciativa estatal, ou com aportes do Estado imperial. A Fábrica Ipanema, a Patriótica, a fundição de Ponta d’Areia, dentre outras experiências no Arsenal de Guerra e de Marinha demonstram essas iniciativas (Libby, 1988; Danieli Neto, 2006; Momesso, 2007; Castro, 2017). A Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, na região Sorocaba, erguida em 1810 com aportes do governo, mas que funcionava desde fins do século XVIII com tentativas malogradas de extração de minério, contou com a mão de obra de escravos-operários desde 1810, além de africanos livres (Danieli Neto, 2006). Já em Niterói, o estabelecimento de fundição pertencente ao Barão de Mauá contava com cativos, sobretudo africanos. Diferente da de São João de Ipanema, não havia unidades familiares dentro das fábricas de Ponta d’Areia. Momesso afirma que os operários do estaleiro eram cativos e livres (muitas vezes europeus). A autora nos lembra que essa vinda de imigrantes europeus em meados do século XIX não significava necessariamente que esses ocupariam cargos mais especializados, pois europeus, vindos muitas vezes de estados não

⁴ A “segunda escravidão” caracterizou-se pela permanência do sistema escravista, a despeito do período de descolonização e industrialização, que se deu no século XVIII (Blackburn, 2016, p. 7). A “segunda escravidão” teria iniciado seu colapso na década de 1860, com a abolição nos Estados Unidos e, no Brasil, desde a Lei do Ventre Livre, na década de 1870. (Marquese, 2013, p. 305). Significou um remodelamento de relações de produção, em escala global, isto é, regiões das Américas como Cuba, Brasil e sul dos Estados Unidos produziam alimentos e matérias-primas indispensáveis para o prosseguimento da Revolução Industrial, entre 1780-1840: além do algodão, base da indústria têxtil, estimulantes como açúcar e café sustentavam, materialmente, tal “segunda escravidão” e a industrialização. Tal processo dependeu da colaboração dos estados nacionais que se formavam e adaptou-se, de maneira lucrativa à concorrência.

unificados e áreas rurais, compartilhavam com os cativos a inexperiência em ofícios mecânicos (Momesso, 2007, pp. 103-104). Brasileiros também compunham a mão de obra da fábrica, engajados muitas vezes quando menores, como aprendizes. Numa divisão do trabalho tipicamente manufatureira, a Ponta d'Areia como dito, era composta tanto por cativos, quanto por livres, em sua maioria europeus (sobretudo portugueses), mas também chineses. Por ser uma manufatura, a divisão de trabalho no estaleiro dava-se na relação entre mestre e oficial, que gerava alguns conflitos internos (Momesso, 2007, p. 110), não só entre escravizados e livres, mas também entre livres,⁵ denotando a resistência daqueles trabalhadores a ser adaptarem àquela disciplina de trabalho.⁶

Minas Gerais também teve experiências metalúrgicas no século XIX. A Fábrica Patriótica foi uma das primeiras experiências metalúrgicas de grande porte, “concebida e erguida” pelo Barão de Eschwege, em Congonhas do Campo, na zona Metalúrgica mineira, entre 1811-1812. Eschwege foi o responsável pela introdução de novos métodos de fundição em Minas, com a utilização de cursos d'água (Libby, 1988, pp. 138-139). Esse fator foi um diferencial, dada a dificuldade que tiveram as manufaturas e indústrias metalúrgicas mineiras de fixar a mão de obra nas fábricas. Por isso, Minas viu surgir uma grande quantidade de fundições, no oitocentos, que produziam para o mercado interno. O uso de escravizados na Patriótica se deu, inclusive, em atividades especializadas, além de servirem como lenheiros, carvoeiros e carreteiros. Segundo Libby, dentre as “três principais atividades de transformação, isto é, a mineração aurífera subterrânea, a indústria têxtil, e a siderurgia”, a que mais era dependente do trabalho cativo era a siderurgia (Idem, p. 162).

Essas experiências ilustram, mesmo que de maneira breve, as condições pelas quais os cativos se inseriam nas fábricas, na primeira metade do século XIX. Ao longo do oitocentos e do processo de emancipação gradual pelo qual passou o Brasil, após 1850, se delineou um quadro em que reivindicações, associativismo, dentro e fora das fábricas e contra as condições de trabalho⁷ que vivia essa população foram recorrentes. Como o Vale do Paraíba fluminense esteve ligado a esse processo? Como os ferreiros participavam daquela economia, criando novas geografias?

⁵ Além das frequentes fugas dos cativos, presentes em toda realidade escravista, havia nesse caso a importação de chineses pela fundição de Ponta de Areia. A não adaptação ao sistema de trabalho na fábrica também se dava com os cativos, as greves, ou paredes, e as nascentes associações de trabalhadores. Já em 1828, cativos operários da Fábrica de Ferro São João de Ipanema enviaram um requerimento para o presidente da província, reclamando das péssimas condições de trabalho. (DANIELI NETO, p. 131)

⁶ Havia certa proximidade, sobretudo na primeira metade do oitocentos, entre as condições de trabalho dos livres e dos cativos. A maioria dos europeus que vinham, por exemplo, para a fundição de Ponta de Areia eram europeus de áreas rurais, sem especialização em atividades industriais. (MOMESSO, p. 103)

⁷ Quanto a essas condições no meio urbano da antiga Corte, foi possível averiguar mazelas comuns aos metalúrgicos, que acabavam funcionando como “narrativas do corpo” (GOMES & SOARES, 2001, pp. 15-16; VIANA & GOMES, 2019, p. 93) daquela sociedade escravista, e nos anúncios de fuga. Falta de membros, queimaduras e, principalmente, a cegueira (BISPO NETO, 2020, p. 167) – dada a proximidade do calor sem proteção, foram algumas dessas mazelas.

“Escravos-operários” metalúrgicos nos caminhos e nas cidades: a formação de geografias insurgentes (1850-1888)

Os ferreiros também estavam presentes nos caminhos, estradas, cortadas pelos tropeiros. Desde o século XVIII, o movimento demográfico da região sul fluminense foi marcado pela exploração ou expulsão dos indígenas que ali habitavam. O despovoamento de áreas como o sul fluminense, se estabeleceu no processo de “interiorização da metrópole”, em que o controle sobre o indígena já não estava sob a Igreja Católica. O estabelecimento de freguesias - em regiões antes habitadas pelos indígenas -, estava relacionada a doação de sesmarias, abertura de engenhos, e um processo de ordenamento urbano em que a abertura de caminhos era paga através de isenções fiscais, sesmarias etc (Fridman, 2008, pp. 28-29). Até o século XVIII, a ocupação da região dava-se através do entrecruzamento dos caminhos e estradas que levavam para as minas, e a produção estava voltada para a cana de açúcar e alimentos, além de algumas fábricas de açúcar e engenhocas, (Idem, p. 30)

No século XIX, com a vinda da corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro e a sua formação como um dos maiores entrepostos de venda de africanas e africanos escravizados – desde o setecentos -, houve uma diversificação do comércio desta cidade, tanto com os portos, quanto com o interior. Esse crescimento demográfico que se verificou ao longo de todo o século XIX, representou também momentos de crise de abastecimento de alimentos na cidade que, via de regra, era fornecido por regiões distantes, através de tropeiros (Lenharo, 1993, p. 36).

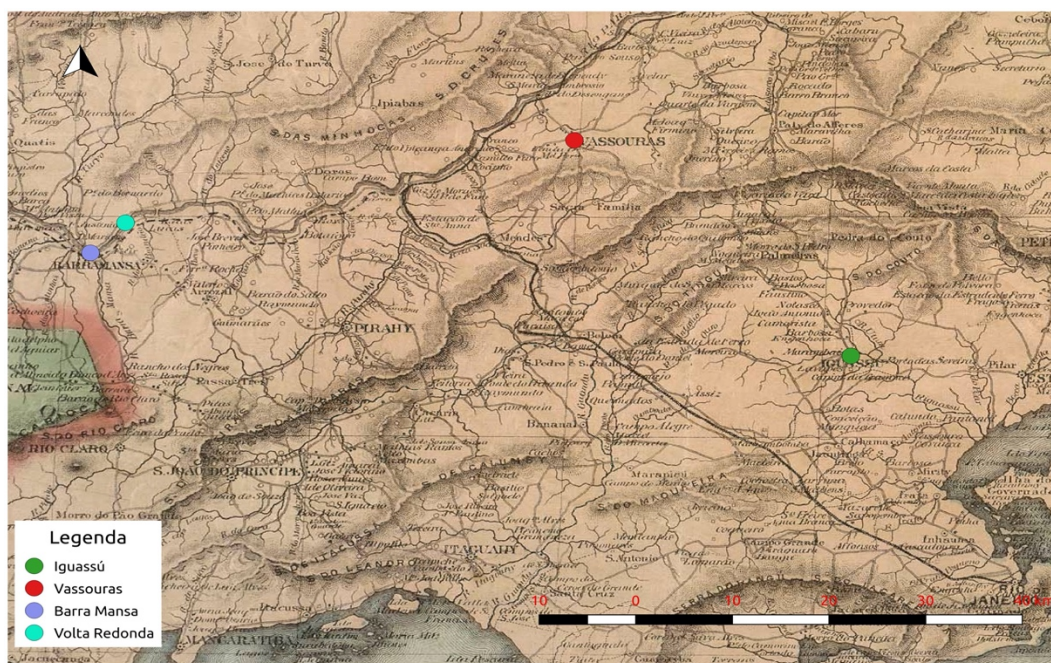
Queijos, sal, gado, galinhas, toucinho etc. eram comercializados nas cidades pelas estradas e dependiam dos saberes de metalúrgicos para equipamento da tropa, quando não o próprio tropeiro cumpria diversas funções, arrieiro, peão, ou mesmo ferreiro como em tropas pequenas. (Paes, 2001, p. 77) Na verdade, desde o século XVIII, como dito, por conta da mineração e seu comércio, essas tropas tiveram importância, juntamente com a abertura dos Caminhos, como o Caminho Novo, Estrada do Comércio, Estrada da Polícia etc. Essa infraestrutura foi parte do sucesso que obteve o açúcar em diversas regiões, como no Recôncavo da Guanabara e o café no Vale, ao longo do século XIX (Marquese & Tomich, 2009, p. 353).

Ao mesmo tempo, nas cidades como Rio de Janeiro, desenvolvia-se uma metalurgia atrelada aos caminhos, mas também às demandas urbanas de construção, produção e reparo de metais e outros materiais. Por isso, o Rio de Janeiro como porto de desembarque de africanos escravizados, levados, muitas vezes, posteriormente ao Vale, foi também um palco de fugas, que conectavam a cidade a regiões do interior, como o sul fluminense. Condições como as supracitadas para o sul dos Estados Unidos também foram comuns no Brasil, em que a mão de obra de menores e de idosos, além de pessoas com alguma sequela de castigos e acidentes, fora utilizada para baratear a produção, dado o baixo custo desses cativos. Tal quadro gerou uma gama de reivindicações ao longo do século XIX, sobretudo após 1850, com o fim do tráfico e o recrudescimento da escravidão, mesmo com a melhora nas condições sanitárias de vida dos

cativos e a diminuição da entrada de africanos. Fugas individuais e em massa, paralisações nos espaços de trabalho, ocupação de fazendas marcaram *novos territórios*.

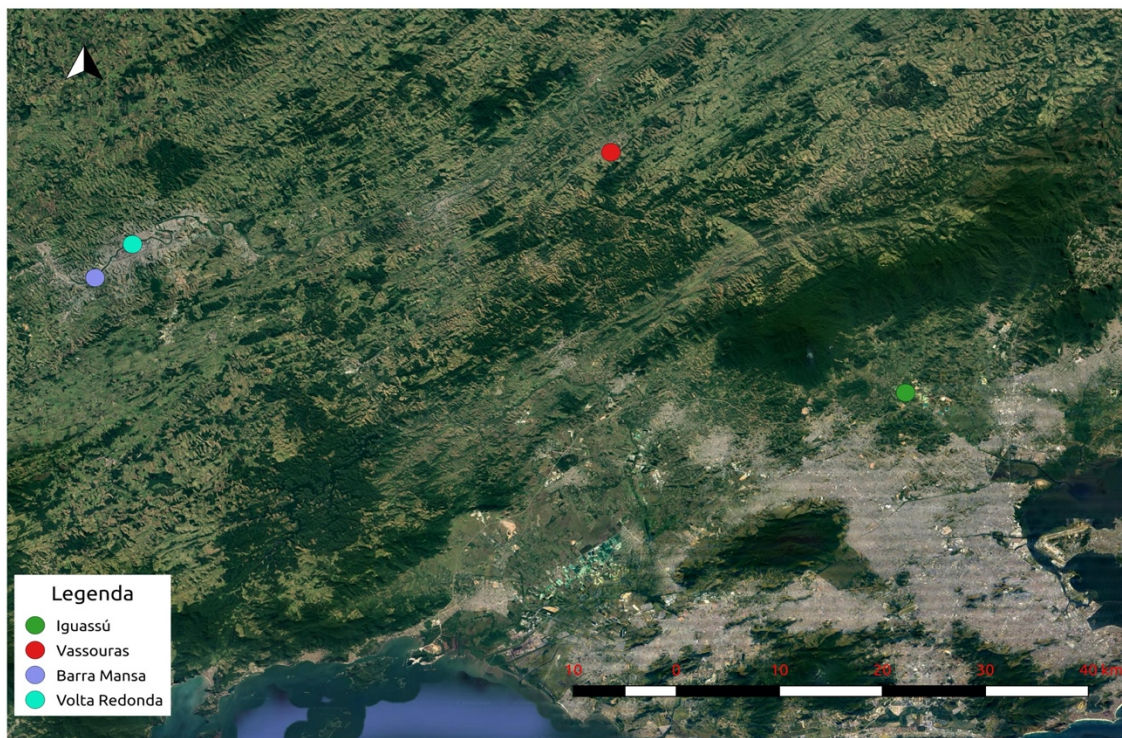
Podemos perceber momentos em que se formaram, nesse contexto, territórios ou “geografias insurgentes” (Miki, 2014) que ligavam diversas partes da província e do país, no sentido de constituição de campesinatos e proletariados negros, num crescente trânsito entre a condição camponesa e proletária (Marques, 2009, p. 45). Essas fugas, e comunidades de *quilombos volantes*, tornaram-se comuns na década de 1880, no contexto de crescente mudança no significado político das mesmas, e das lutas abolicionistas (Gomes & Machado, 2014). O trânsito migratório entre a região do sudeste cafeeiro e a Baixada Fluminense (como vemos nas Figuras 1 e 2), por exemplo, no período posterior à abolição foi também marca distinta desse período na região. Mas essas migrações que serão melhor analisadas na próxima seção tiveram origem ainda no período do cativo. Ligadas às condições de acesso à terra, e bens, a escolha por proletarizarem-se ou não estava posta, por razões distintas, ainda no século XIX, na formação dessas geografias insurgentes.

Figura 1:
Mapa temático da localização de Iguassú, Vassouras, Barra Mansa e Volta Redonda



Fonte: Nova carta corográfica da província do Rio de Janeiro. W. and. C. B. Colton & Co, 1866

Figura 2: Mapa temático da localização das antigas freguesias de Iguassú, Vassouras, Barra Mansa e Volta Redonda a partir de imagem de satélite



Fonte: imagem de satélite

Um fato que contribuiu parra essas geografias insurgentes fora o tráfico interprovincial, recrudescido pelo fim do tráfico atlântico de cativos, gerou um movimento migratório de retorno. Quer dizer, com o fim do tráfico, o preço dos cativos aumentou e muitos foram vendidos para regiões de cafeicultura. Ao mesmo tempo, muitos fugiam, retornando à cidade, ou para locais em que pudessem conseguir maior autonomia, reconstituir laços familiares rompidos pelo tráfico. Buscando a reconstituição desses laços talvez estivesse João, crioulo e ferreiro. Natural do Rio de Janeiro, havia fugido da fazenda Cascata da Barra Mansa em 17 de abril de 1855.⁸

Por essas geografias, num momento de diminuição da entrada de africanos e crescimento do tráfico interprovincial, talvez transitasse cativos, como Eliseu, em abril de 1850. Por sua trajetória podemos perscrutar outras trajetórias comuns de cativos com ofício, no oitocentos. Sabia ler e escrever, crioulo e carpinteiro. Havia fugido da fazenda União Feliz, na vila de Paraíba do Sul. O anunciante desconfiava que havia seguido pela “estrada do Comércio para o Iguassú”. Pelo risco de fingir-se de forro,⁹ Estrada que ligava a região de Iguassú até o porto de Ubá, em Vassouras, talvez tivesse sido um caminho de fuga comum por essa estrada, talvez também tivessem passado Lucidoro, Pedro, crioulos e Luiz, moange, nos anos 1860. O

⁸ Jornal do Comércio, sábado 28 de abril de 1855, n. 116, ano xxx, p. 3.

⁹ Correio Mercantil, n. 158, p. 3, 5 de julho de 1851

primeiro, Lucidoro, por ter ofícios (ferreiro e alfaiate), talvez estivesse passando-se por forro em Minas, enquanto os dois últimos estavam “Serra abaixo, nos municípios de Iguassú ou Belém”.¹⁰

Os caminhos entre a região sul e baixada fluminense eram itinerários de uma população cativa e liberta, que através da fuga e da migração, dava sentidos de busca por maior liberdade a esses espaços, oscilando entre uma condição camponesa (através das comunidades de quilombo, ou roças próprias nas fazendas) e proletários, sobretudo nas cidades. Na próxima parte, buscaremos ajustar as lentes da nossa análise para o período pós-1888 posterior à abolição, com o intuito de viabilizar conexões interpretativas entre o passado escravista do Vale, a experiência dos cativos e libertos com a metalurgia, e as opções de migrações frente às novas condições da região.

O Vale do Paraíba Fluminense, obteve um grande êxodo até a década de 1920, diminuindo consecutivamente até o início da década de 1940. Como afirma Carlos Eduardo Coutinho Da Costa (2015), existiam os que migraram definitivamente para os centros em ascensão, como a Baixada Fluminense e o interior de São Paulo. Esse grupo é formado em sua maioria por filhos e netos, descendentes diretos de ex-escravizados (DA Costa, 2015, p.107). Segundo ele, para os que residiam no campo, a erosão do solo, as pragas, a diminuição do emprego por conta da desvalorização do café afetou muito mais rapidamente o trabalhador no Vale do Paraíba. Afinal, toda a área desgastada passou a servir como pasto para o gado, que começava a se tornar a alternativa mais viável economicamente para a região (Ibidem, p.107). A partir da década de 1920, essa migração torna-se claramente uma estratégia ativa por melhoria de vida, dada a crise do café no Vale e a necessidade do governo republicano de atrair mão de obra para a nova produção da região da Baixada, isto é, a laranja (Ibidem, p. 115). Por isso, se a Baixada, em 1920, tinha quase a mesma população de 1872 (cerca de 33.396 habitantes), em 1931 a população já contava com 42.408 habitantes, compostos por mulheres e homens jovens, vindos do Vale, da cidade do Rio de Janeiro e do Nordeste (Ibidem).

Na próxima parte buscaremos compreender de que maneira o Vale voltou a ser atrativo para a população trabalhadora, urbana e rural, vindos de diversas regiões, nas décadas de 1930 e 1940. A presença de metalúrgicos negros nesses caminhos adquire quais significados? Quais rupturas e continuidades podemos perceber nessa nova condição? Além disso, abordaremos as conexões interpretativas entre o passado escravista do Vale, a experiência dos cativos e libertos com a metalurgia e as opções de migrações frente às novas condições da região. De acordo com Marcelo Badaró, a partir do compartilhamento de experiências de trabalho e vida em uma cidade com forte presença da escravidão, ao longo do século XIX, trabalhadores escravizados e “livres” partilharam também formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe (Mattos, 2009, p.51). Segundo ele, os valores, referências e cultura que

¹⁰ Correio Mercantil, n. 155, 6 de junho de 1866, p. 4.

se articula a partir da classe trabalhadora não se formam do nada, desenvolvem-se a partir da experiência da exploração e das lutas de classes anteriores.

Trabalhadores negros, metalurgia e migração no Vale do Paraíba Fluminense (1930-1940)

A industrialização ocorre de maneira mais contundente no Vale Fluminense a partir da década de 1920, como denota o álbum comemorativo do centenário do Brasil (Apud Couto, 2016, p.36) que também destaca que, nos anos de 1920, o setor têxtil estava mais presente na região. Dentre os municípios do Sul Fluminense, o que possui maior destaque no setor industrial é o município de Barra Mansa, a partir da segunda metade da década de 1920. Consoante com as atas da câmara municipal e dos periódicos da cidade, constata-se o crescimento do setor industrial na cidade, que já se destacava desde o início do século XX com a pecuária leiteira (Couto, 2016, p.10).

Já o setor metalúrgico só adentra na microrregião a partir da década de 1930, especificamente em 1937 com a chegada da Siderúrgica Barra Mansa e a Siderúrgica Bárbara, ambas no município de Barra Mansa. Conforme o historiador Edgard Bedê, Barra Mansa recebe duas siderúrgicas no período por causa da sua posição geográfica, próxima de São Paulo e Minas Gerais. Mas o historiador ressalta que para além da posição geográfica, outros dois fatores tornavam Barra Mansa atrativa: (i) os baixos salários, que segundo ele, eram 40% menor no município em comparação com o Rio de Janeiro e (ii) o afastamento da classe trabalhadora das grandes organizações sindicais do Rio de Janeiro (Bedê, 2010. p.20).

Mesmo com baixos salários e péssimas condições de serviço, a chegada das duas siderúrgicas e os slogans de “Manchester Fluminense” e “Cidade Industrial” expostos nos jornais barramansenses (*Gazetinha e A Semana*) e no Rio de Janeiro, atraíram trabalhadores e trabalhadoras para o município. Ao compararmos os números populacionais de Barra Mansa antes e depois da abolição da escravatura, expostos por Couto (2016), há uma nítida queda de habitantes entre a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX. Antecedentemente à 1888 o ápice populacional foi de 28.702 habitantes em 1878 (Relatório do Presidente da Província – 1878, apud Couto, 2016, p.44). Os censos das primeiras décadas pós-abolição salientam a diminuição populacional, como no censo geral do Brasil de 1900, o município Sul Fluminense somado a todos os seus distritos possuía 21.926 habitantes (Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1900, Diretoria Geral de Estatística. Apud COUTO, André Luiz Faria, 2016, p.44). Consoante com o Relatório de Inspeção do Ministério da Agricultura de 1911 a cidade continha um número ainda menor, totalizando 15.000 munícipes.

Podemos perceber o crescimento populacional na cidade Sul Fluminense a partir da década de 1920 de acordo com o recenseamento realizado pelo Jornal *Gazetinha* no ano de

1921 aponta 22.312 habitantes na cidade (*Gazetinha*, Barra Mansa, 16/11/1921)¹¹, após a evasão populacional (majoritariamente da população negra) em busca de trabalho, ocorrida no início do século XX no Vale Fluminense (Da Costa, 2015). Este êxodo é cessado a partir da industrialização na microrregião, principalmente após a instalação do setor metalúrgico nos anos de 1930. Segundo o recenseamento geral do Brasil de 1940 possuía 26.346 habitantes (Recenseamento Geral do Brasil 1 de setembro de 1940). Os números populacionais do Sul do Estado do Rio de Janeiro são ainda maiores após a chegada da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941. Conforme o Censo Geral de 1950, Barra Mansa (somando todos os seus distritos) possuía 72.458 habitantes, quase o triplo da população da década de 1930 como consta no recenseamento da década de 1940. Volta Redonda, 8º distrito de Barra Mansa à época e sede da CSN, saltou de 2.782 habitantes na década de 1930 para 33.110 munícipes na década de 1940, conforme o recenseamento geral de 1950.

É nítido o impacto da metalurgia no crescimento demográfico do Vale do Paraíba Fluminense, principalmente da CSN, difundida pelo Governo Vargas como símbolo da independência e maturidade do Brasil (Gomes, 2005, p.220). No entanto, a cidade de Barra Mansa e o distrito de Volta Redonda não tinham capacidade para receber essa grande quantidade de trabalhadores e trabalhadoras. O periódico *Gazetinha* já salientava a falta de saneamento básico, moradias e escolas em Barra Mansa desde o final da década de 1920 (*Gazetinha*, 06/04/1927; idem 27/12/1928).

Além do Jornal *Gazetinha*, encontramos críticas às condições de trabalho e baixos salários no periódico comunista *Voz Operária* na década de 1940, principalmente, após a instalação da CSN na microrregião. Em 07/06/1949, o jornal *Voz Operária* denunciava a miséria e a exploração sofrida pelos metalúrgicos da Siderúrgica Barra Mansa. A matéria destaca os baixíssimos salários pagos no município Sul Fluminense, estagnados há 3 anos, bem como a ausência de banheiros e materiais sanitários na indústria. Além da forte violência policial nas manifestações e constantes acidentes sofridos pelos proletários da fábrica (*Voz operária*, Rio de Janeiro, 07 jun. 1949).

No entanto, é pertinente salientar quem são esses operários sem o mínimo de segurança, materiais sanitários e baixa remuneração, como apontam o periódico *Voz operária* e o historiador Edgard Bedê. Conforme os números da população por cor do recenseamento geral de 1940, a população negra (pretos e pardos) representa 41% (aproximadamente) dos habitantes barramansenses. Apesar do censo de 1950 não apresentar os números da população por cor, os habitantes de Barra Mansa aumentaram mais de 80%, como evidenciado acima. Oliver Dinius denota que 70% (aproximadamente) dos funcionários da CSN de 1941 a 1946 eram

¹¹ É preciso salientar que, devido à instabilidade política do Brasil no final da década de 1920 e início da década de 1930, não houve o recenseamento geral de 1930. Logo, não é possível mensurar a população geral de Barra Mansa na década de 1920. Ver FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

negros (pretos e pardos), sendo predominantemente uma mão de obra sem qualificação ou semiquificada (Dinius, 2004, p.182)¹².

Os números apresentados por Dinius e os dados dos censos de 1940 e 1950 coadunam com as contribuições de Da Costa (2015) acerca da diminuição do êxodo da população negra no Vale do Paraíba Fluminense a partir da década de 1940. Ainda assim, são os negros da classe trabalhadora, predominantemente, que se encontram nos piores cargos. Segundo Dinius (2004), 73% da mão de obra da CSN sem nenhuma qualificação era negra, ocupando majoritariamente cargos no setor de construção civil nesse período de fundação da siderúrgica, com os mais baixos salários e péssimas condições salubres dentro e fora das fábricas, como denunciam os Jornais *Gazetinha* e *Voz operária*.

O historiador Leonardo Ângelo Da Silva destaca que os estudos sobre classe trabalhadora e Volta Redonda deixaram a questão racial em segundo plano, isso quando a temática chega a ser mencionada (Da Silva, 2019, p.17). A obra de Edgard Bedê *Formação da classe operária em Volta Redonda*, por exemplo, já aludida neste texto, analisa os elementos constitutivos do operariado volta-redondense e a cor dos trabalhadores e trabalhadoras não é levada em consideração, apesar de destacar a chegada de trabalhadores do Nordeste e Minas Gerais (Bedê, 2010, p.53). Consoante com Dinius (2004, p.181 Apud Da Silva, 2019, p.45) 83% dos trabalhadores mineiros que chegam em Volta Redonda são negros. Os números do historiador estadunidense expõem que grande parte da classe trabalhadora negra do Vale Fluminense, principalmente a partir da década de 1940, não é composta, em grande escala, pelo retorno dos descendentes dos escravizados da microrregião Fluminense no século XIX e sim de outros estados e regiões, posto que outros estudos a respeito da CSN e cidades próximas não destacaram a cor desses operários.

Quanto a esses trabalhadores negros oriundos de diferentes regiões (bem como seus familiares) com experiências distintas de liberdade e trabalho no pós-abolição, foram designados (por conta da cor) para áreas mais insalubres da siderúrgica nacional como a coqueria e alto-forno, de acordo com Da Silva (2019). Negros e negras da classe trabalhadora também estavam vivenciando as desastrosas condições laborais das Siderúrgicas de Barra Mansa como evidencia o *jornal Voz Operária* na década de 1940 (já destacado no texto). Entretanto, ainda nos anos 1940, nas siderúrgicas privadas de Barra Mansa ocorreram algumas paralisações e protestos da classe operária (*Voz operária*, Rio de Janeiro, 07 jun. 1949). As condições insalubres não acarretaram paralisações na CSN na década de 1940 por conta das práticas paternalistas impostas à “família siderúrgica” (Morel, 1989, p.117) e os discursos de modernidade e cidadania por meio do trabalho (Gomes, 2005, p.201). Edgard Bedê, denota que a não ocorrência de greve no distrito de Volta Redonda nesse período é resultado do pacto paternalista e a importância

¹² Oliver Dinius obteve acesso as fichas dos trabalhadores da CSN na década de 1940 e quem classificou racialmente os trabalhadores foi seu assistente (estudante de engenharia) que se autodeclarava negro e utilizou as fotografias dos trabalhadores para realizar essa estimativa racial dos operários da Siderúrgica Nacional entre 1941 e 1946 (Apud Da Silva, 2019, p. 87).

simbólica e material de síntese do ideário nacionalista e trabalhista do Estado Novo (Bedê, 2010, p.48). O cidadão no Estado Novo era reconhecido por seu trabalho produtivo e pela posse dos direitos sociais (Santos, 1979, Apud Gomes, 2005, p.201), bem como ressalta Ângela de Castro Gomes:

Este modelo de Estado intervencionista precisava reconhecer o indivíduo, tanto em sua feição econômica, traduzida na iniciativa privada capitalista, quanto em uma nova dimensão política, traduzida pela explicitação de seu ideal de justiça social. A democracia da justiça social consagrava o bem comum como finalidade do Estado e o definia como a justa delimitação dos interesses de cada um. Isto significava a retomada da ideia de liberdade individual, agora limitada pelos critérios do interesse social. Significava também a retomada da ideia de igualdade, entendida como a igualdade de oportunidades na luta pela vida. Por isso, o sentido mais profundo, o critério último de valor contido no ideal de justiça social era exatamente o ideal de respeito ao trabalho e aos frutos do trabalho (Gomes, 2005, p.204).

Especificamente para os operários negros, ser identificado como cidadão representava status social relacionado à experiência de luta pela cidadania pós-abolição (Mattos, 2013). Pois, buscava-se à época desconstruir a noção de liberdade baseada na cor branca (Idem, p.107). As políticas e discursos do Estado Novo acerca do conceito do trabalhador também destacam a classe trabalhadora negra com o intuito de demarcar uma postura de combate ao preconceito de cor, por meio do dia da raça e ênfase na demarcação positiva da raça brasileira (Gomes, 2005, p.223). Essas políticas direcionadas aos proletários negros e a identidade do trabalho atrelada à honestidade fazem parte da constituição racial de negros e negras do período que buscavam sua legitimidade enquanto cidadãos, distantes da descendência da escravização.

O paternalismo industrial, principalmente na CSN, integra a experiência de negros e negras empregados na siderúrgica que, apesar de todas as adversidades e exploração apresentadas até aqui, possibilitava uma moradia e a inclusão em um projeto nacional. Como destaca Bedê (2004), os primeiros operários da Companhia Siderúrgica Nacional tinham uma noção clara da importância da obra que ajudaram a construir, e associavam a relevância da usina de aço com o futuro de seus filhos (Idem, p. 41).

Além disso, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) somada às propagandas do Estado Novo, influenciaram a população negra do período no que Ângela de Castro Gomes e Hebe Mattos denominaram de “coincidência narrativa” entre a Princesa Isabel e Getúlio Vargas e a respeito das concepções de liberdade (Gomes & Mattos, 1998, p.136). As falas de Cornélio Cansino presentes no documentário *Memórias do Cativo* (2005) comprovam essa visão: “Getúlio libertou nosso povo. [...] ele que botou o horário de oito horas de trabalho [...] não foi princesa Isabel que nos libertou, ela assinou [...], mas quem nos libertou do jugo da escravatura [...], foi Getúlio”. O filme foi desenvolvido a partir dos depoimentos de descendentes de escravos ao Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense. As declarações

de Cansino evidenciam a representação de Vargas para negros e negras coetâneos às legislações sociais aplicadas durante a ditadura do Estado Novo.

As obras da CSN antecedem a CLT, contudo, a classe trabalhadora negra e seus familiares com construções, trajetórias, e concepções políticas e sociais tão diversas, situada no Vale Fluminense na década de 1940, são sujeitos do projeto siderúrgico “símbolo da grandeza do Brasil” e da “cidade do aço”. Mas também, negros e negras são protagonistas neste processo, como denota Eunice Santos Dias, liderança na luta antirracista no Sul Fluminense, esposa de operário, residente em Volta Redonda desde a década de 1940, “Foram os negros que fizeram essa Volta Redonda” (Dias, Eunice. Entrevista Concedida à Gladys Guimarães, Apud Da Silva, 2019, p.163). Santos Dias refere-se à constituição da força de trabalho e da cultura de Volta Redonda. De acordo com ela, a banda da Siderúrgica Nacional era composta preponderantemente por trabalhadores negros, os festejos, blocos carnavalescos, bem como os Bairros, são formados pela população negra volta-redondense (Dias, Eunice. Entrevista Concedida à Gladys Guimarães, 2012, Arquivo pessoal da historiadora).

A partir dos relatos de Eunice Santos Dias podemos dimensionar o encontro de diferentes culturas negras no Sul Fluminense na constituição da CSN e de Volta Redonda fora do espaço fabril na criação de blocos de carnavais, a bandas e os bairros formados por trabalhadores demitidos e sem direitos a um espaço dentro dos domínios da Companhia Siderúrgica Nacional (Pereira, 2012). Segundo o sociólogo Sérgio Martins Pereira, esse contingente de trabalhadores desempregados e seus familiares construíram, a partir de 1946, as primeiras moradias fora das áreas conexas da cidade planejada, dando origem às primeiras favelas de Volta Redonda, sendo que uma delas foi intitulada de “Morro dos Atrevidos” como uma forma de afronta ao poder da CSN (Pereira, 2012, p.59).

Todavia, como já ressaltamos, a cor não é um marcador destacado e discutido na maioria das produções acerca da CSN, Barra Mansa e Volta Redonda. Ainda assim, podemos inferir que a maioria dos trabalhadores e famílias que construíram as primeiras comunidades são negras, dado que é justamente a partir do ano de 1946 que a Siderúrgica Nacional começa operar efetivamente e ocorre uma diminuição de cargos na construção civil e conseqüentemente uma diminuição dos negros no quadro de funcionários da indústria como demonstra Da Silva (2019), ou seja, sem residência e obrigada a construir as primeiras comunidades e “moradias irregulares” à margem esquerda do rio Paraíba do Sul (Pereira, 2012, p.59).

Portanto, os bairros construídos pelos trabalhadores demitidos da CSN constituem a memória e resistência operária de Volta Redonda e Vale do Paraíba Fluminense. Mas também é preciso ressaltar e articular os marcadores raciais desse processo, o que não ocorre no trabalho de Pereira (2012). Sendo que a classe operária desempregada era majoritariamente negra de diferentes regiões do país, é necessário pensar a formação cultural desses bairros e suas condições sanitárias, uma vez que reconhecidos como “moradias irregulares” não recebiam o aparatos do Estado e mesmo que não tão distantes dos grandes centros habitacionais e da própria Siderúrgica, foram consideradas [no âmbito político e social] periferias (Pereira, 2012).

Ainda assim, fazem parte das experiências de luta e território da classe trabalhadora negra no Sul Fluminense no século XX, assim como as bandas, grupos musicais, blocos carnavalescos e bailes em residências restritos para a população negra, segregadas racialmente e territorialmente na “Cidade do aço”. Esses encontros e a necessidade de um espaço de lazer livre de segregação resultou na formação do Clube Palmares na década de 1960, fundado e pensado por negros e negras da cidade não só para o lazer, mas também para a manutenção e perpetuação da cultura negra no Vale Fluminense. O clube opera até os dias de hoje e é um resultado da experiência e agência diante do racismo e segregação ocorrida desde o início da industrialização e a consolidação da metalurgia na microrregião.

Considerações Finais

As trajetórias e experiências da população negra nos séculos XIX e XX são heterogêneas, assim como a relação da mesma com a metalurgia representa apenas uma parte dos diversos ofícios e conexões de negros e negras com os mundos do trabalho no Brasil. No entanto, é importante salientar que as vinculações realizadas neste artigo entre, ferreiros, “escravos operários” e metalúrgicos não são determinações transitórias e sim possíveis articulações e provocações historiográficas.

Acreditamos assim, que as fugas e as migrações são ações que aproximam os ferreiros dos séculos XIX com os trabalhadores negros que migraram para o Sul Fluminense nos anos 1930 e 1940, por caracterizar suas agências, em contextos distintos, em busca de melhores condições de vida e inserção social a partir e por meio da metalurgia, seja nas estradas, caminhos, oficinas ou fábricas. As condições de trabalho também representam uma continuidade por conta da forte exploração e insalubridade das oficinas e siderúrgicas vivenciadas pelos “escravos operários” e metalúrgicos do século XX. Além disso, as precariedades sanitárias e habitacionais, em ambos os séculos, são outros fatores que aproximam essas classes trabalhadoras e suas famílias.

Obviamente, estas condições não são exclusividade dos operários negros, mas diferente dos proletários brancos - que também possuem suas especificidades -, a classe trabalhadora negra escravizada e livre oitocentista e os assalariados do século seguinte, traziam consigo a memória da escravidão, o racismo caracterizado e hierarquizado dentro das fábricas a partir de cargos nas áreas mais nocivas à saúde desses trabalhadores. Da Silva (2019) demonstra em sua tese o alto número de operários negros que desenvolveram doenças por contato com o benzeno, reação química produzida na coqueria, que como vimos era ocupada majoritariamente por trabalhadores negros propositalmente. Além disso, havia no Vale Fluminense a segregação fora do espaço fabril caracterizado na restrição de espaços de lazer como clubes associativos e por isso havia necessidade da população negra de se afirmar enquanto cidadãos por meio do trabalho na microrregião. Esses fatores diferenciavam a exploração de negros e negras da classe trabalhadora, e são uma herança das condições precárias de trabalho em oficinas, manufaturas e fábricas metalúrgicas no oitocentos.

Ademais, as famílias destes operários não podem ser desconsideradas, pois elas influenciavam no processo de migração, na relação dos trabalhadores fora das fábricas e, uma característica remanescente do século XIX, as mulheres negras também compõem o mercado de trabalho assalariado, além dos serviços domésticos não remunerados. Também o trabalho infantil e feminino, a redução na jornada de trabalho, seguro por acidentes de trabalho, dentre outras pautas, foram colocadas em cena, não coincidentemente, na luta operária, ao longo do século XIX e XX. (MATTOS, 2007; BATALHA, 1999; LIMA, 2005)

É nítida a importância da classe trabalhadora dentro das Siderúrgicas, apesar dos estudos a respeito da classe trabalhadora não destacarem a cor. Como apontam Nascimento (2016) e Da Silva (2019), o trabalho no Brasil têm em sua base a população negra desde o século XIX. O Vale do Paraíba Fluminense é uma excelente amostragem desta realidade, durante o auge econômico da microrregião no século XIX por conta da produção de café, a escravização era base deste sistema (Salles, 2008) quase um século depois, a CSN grande projeto industrial e econômico do Brasil, era constituída predominantemente por trabalhadores negros, no mesmo Vale Fluminense. Sob forte exploração e outras precariedades similares ao período de vigência do cativo (expostas ao longo do artigo), porém em outro contexto. Assim como é de suma importância compreender as demandas, sonhos, experiências e expectativas destes trabalhadores também fora das fábricas, o resultado da junção de diferentes referenciais culturais nos espaços de socialização como clubes associativos e bairros “periféricos” formados por ele/elas. Além do cotidiano das relações raciais nos mundos do trabalho. Visto que, não são apenas as políticas estatais e patronais que moldam o espaço fabril e suas adjacências, como destaca E.P Thompson (2018), a classe operária se forma, ao mesmo tempo que é formada.

Referências bibliográficas

- BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária, *Cadernos AEL*. Campinas, v. 6, n. 10-11, 1999.
- BEDÊ, Edgard Domingos Aparecida Tonolli. *Formação da Classe operária em Volta Redonda*. Volta redonda: Nova gráfica e editora, 2010.
- BEDÊ, Waldyr Amaral. *Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964)*. Volta Redonda: SMC PMVR, 2004.
- BISPO NETO, Antonio Ramos. As ruas falam: cotidiano, ofícios e espaço urbano no Rio de Janeiro oitocentista (1810-1860). *Revista da ABPN*. V. 12 (ed. especial) – Caderno Temático: “Africanos, escravizados, libertos, biografias, imagens e experiências atlânticas”, agosto 2020.
- BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão?. In.: MARQUESE, R. & SALLES, R (Orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CASTRO, Adler Fonseca de. *A Pré-indústria e governo no Brasil: iniciativas de industrialização a partir do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, 1808-1864*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em História Comparada (PPGHC). Rio de Janeiro, 2017.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- COUTO, André Luiz Faria. *Do império à república: a vida política no município de Barra Mansa*. Rio de Janeiro: FGV, 2016. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, 2016.
- DA COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, 2015. Disponível em: <http://revistatopoi.org/site/numeros-anteriores/topoi30/>. Acesso em: 19 out. 2019.
- DA SILVA, Leonardo Ângelo. *Volta Redonda em Preto e Branco: Trabalho, desenvolvimentismo e Relações Raciais*. 2019. Tese (Doutorado em História Social) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- DA SILVA, Leonardo Ângelo. Companhia Siderúrgica: a construção do discurso de classe trabalhadora como máscara para o racismo estrutural? (1946-1987). *Revista Perspectiva*
- DANIELI NETO, Mario. *Escravidão e indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895*. Tese de doutorado apresentado ao Instituto de Economia. UNICAMP: SP, 2006.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/Edusp, 1971.
- DINIUS, Oliver. *Work in Brazil's Steel City: A History of Industrial Relations in Volta Redonda, 1941–1968*. PhD, dissertation in History, Harvard University, 2004.
- FIELDS, Barbara Jeanne. *Slavery and Freedom on the Middle Ground: Maryland during the Nineteenth Century*. Yale University Press, New Haven and London, 1985.
- FRIDMAN, Fania. As cidades e o café. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. v. 4, n. 3 (número especial). Taubaté, São Paulo, 2008,
- GOMES, Ângela Maria de. *A invenção do trabalhismo*. 3. Ed, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GOLDIN, Claudia D. *Urban slavery in the American South 1820-1860: a quantitative history*. University of Chicago Press, Chicago and London, 1976.
- GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO; Antônio Luigi. Além de Senzalas e Fábricas: uma história social do trabalho. *Tempos Social*, São Paulo, v.18, n. 1, p. 217-240, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702006000100012&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 18 maio, 2020.
- GOMES, Flávio dos Santos; MACHADO, Maria Helena P. T.. Atravessando a liberdade: deslocamentos, migrações e comunidades volantes na década da abolição (Rio de Janeiro e São Paulo). In.: GOMES, Flávio & DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.
- GOMES, F. Dos S. e SOARES, C. E. L. 2001. "Em busca de um 'risonho futuro': seduções, identidades e comunidades em fuga no Rio de Janeiro escravista (século XIX)". *Locus – Revista de História* 7 (13): 9-29.
- GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- HOBSBAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.
- LARA, Sílvia Hunold. "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil." Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, n. 16, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11185/8196>. Acesso em: 12 nov. 2019.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. 2^a ed. Rio de Janeiro, 1993.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- LIMA, Henrique Espada. "Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX". *Topoi*, v. 6, n. 11, jul./dez. 2005, p. 289-326.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: Significados da liberdade no sudeste escravista*. 3. Ed, Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

- MATTOS, Marcelo Badaró. Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. *Associação Nacional de História – ANPUH, XXIV Simpósio Nacional de História*, p.1-10, 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Marcelo%20Badar%F3%20Mattos.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- MARQUES, Leonardo. *Por aí e por muito longe: dívidas, migrações e os libertos de 1888*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MARQUESE, Rafael de Bivar & SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. *História da Historiografia*, Mariana, v. 11, n. 28, p. 44-81, 2018.
- MARQUESE, Rafael Bivar; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In. GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial, vol. 2: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MIKI, Yuko. Fugir para a escravidão: as geografias insurgentes dos quilombolas brasileiros, 1880-1881. In.: GOMES, Flávio & DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.
- MOMESSO, Beatriz Piva. *Indústria e trabalho no século XIX: o Estabelecimento de Fundação e Máquinas de Ponta d'Areia*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.
- MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *A Ferro e Fogo – Construção e Crise da “Família Siderúrgica”*: O caso de Volta Redonda (1941 – 1988). Tese de Doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Humanas da Universidade de São Paulo, 1989.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Trabalhadores negros e o paradigma da ausência: contribuições à história social do trabalho no Brasil*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.29, n. 59, p. 607-626, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862016000300607&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 26 out. 2019.
- NEGRO, Luigi Antônio. *Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa*. Revista brasileira de história, São Paulo, v. 16, n. 31-32, p.40-61, 1996. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3795. Acesso em: 24 mar. 2020.
- PAES, Jurema Mascarenhas. *Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no alto sertão baiano*. Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em História Social pela UFBA. Salvador, 2001.
- PEREIRA, Sérgio Eduardo Martins. *Sindicalismo e Privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. São Luís: EDUFMA: FAPEMA, 2012.
- Histórica*, Salvador, v.9, n.14, p.83-108, 2019. Disponível em: <http://www.perspectivahistorica.com.br/index.php>. Acesso em: 09 maio. 2020.
- SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- TOMICH, Dale. A escravidão no capitalismo histórico: rumo a uma história teórica da escravidão. In.: MARQUESE, Rafael & SALLES, Ricardo (orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. 9. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. v.1.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. 9. Ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. v. 2.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. 9. Ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. v. 3.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*, Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. 1^a Ed, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Fontes

Atas das sessões da câmara municipal de Barra Mansa (1920-1930), acervo da Câmara Municipal de Barra Mansa.

Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal (RJ). 1848-1868. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20185&pesq=&pagfis=0> Acesso em; 3 de maio de 2020.

Entrevista de Maria Eunice da Silva Santos Dias, artista plástica, militante dos movimentos negros e atuante no Clube Palmares em Volta Redonda desde 1965, concedida à pesquisadora Gladys Guimarães, na residência da entrevistada, em Volta Redonda, 04/07/2012. Arquivo pessoal da pesquisadora.

Jornal: *Gazetinha* (1920-1930), acervo da Academia Barramansense de História (ABH).

Jornal: *Voz Operária* (1940-1950), Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154512&Pesq=%22oper%c3%a1rios%20cariocas%22&pagfis=2130>. Acesso em: 14 dez. 2019.

Jornal do Commercio (1827-2013), Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568&pesq=> Acesso em: 14 dez. 2019.

Recenseamento Geral do Brasil realizado em 1 de setembro de 1940. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>. Acesso em: 30 out. 2019.

Recenseamento Geral do Brasil realizado em 1 de setembro de 1950. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=550>. Acesso em: 30 out. 2019.

Artigo recebido em 10/08/2020 e
aprovado para publicação em 27/10/2020